

## CONSUMO SOCIAL E MERCADO INSTITUCIONAL: A AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE AOS MERCADOS DE QUALIDADE

**BECKER, Cláudio<sup>1</sup>; COSTA, Lisiane Centeno<sup>2</sup>; SACCO DOS ANJOS, Flávio<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Bolsista CNPq (EXP B), do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) - Universidade Federal de Pelotas - [cldbecker@gmail.com](mailto:cldbecker@gmail.com)

<sup>2</sup>Graduanda em Agronomia, Bolsista CNPq (IEX), do NUPEAR - Universidade Federal de Pelotas - [lisianecc@gmail.com](mailto:lisianecc@gmail.com)

<sup>3</sup>Prof. do Departamento de Ciências Sociais Agrárias, coordenador do NUPEAR - Universidade Federal de Pelotas - [flaviosa@ufpel.tche.br](mailto:flaviosa@ufpel.tche.br)

### 1. INTRODUÇÃO

O cenário atual revela importantes mudanças que convergem para o reconhecimento quanto ao papel transcendental atribuído à agricultura familiar no contexto nacional. De acordo com ABRAMOVAY (1992), esta forma social de produção não somente supõe a garantia do abastecimento alimentar do país, mas igualmente representa uma opção estratégica em favor do desenvolvimento equilibrado da sociedade. Ela seria o objeto para onde convergem desenvolvimento e equidade.

Todavia, parece claro que são necessárias ações consistentes que ultrapassem o senso comum no sentido de dotar dito setor com um conjunto de instrumentos que potencializem seus atributos e contribuam para consolidar seu espaço na cena política e social do Brasil.

Neste sentido, a emergência de diversos instrumentos de políticas públicas vem demonstrando o reconhecimento dos atributos transversais do segmento agrícola familiar, especialmente os relacionados com o tema da segurança alimentar e nutricional e dos mercados institucionais (MACIEL, 2008).

No contexto europeu, guardadas as devidas proporções, a forma social de produção agrícola familiar tem alcançado reconhecimento por seu caráter multifuncional, estando associada ao desenvolvimento de atividades de turismo e lazer, preservação ambiental e *imaterial*, entre outras. No entanto, a capacidade de produzir alimentos de qualidade é uma de suas principais atribuições neste continente.

No caso da Espanha, mais precisamente na Comunidade Autônoma de Andaluzia, os agricultores familiares têm participado de um projeto inovador, vinculado diretamente com os propósitos da garantia de qualidade. Referimo-nos à questão do consumo social, uma ação na qual os produtores abastecem os “*comedores escolares*” com alimentos oriundos da produção ecológica<sup>1</sup>.

Não obstante, por todas as regiões brasileiras, famílias rurais têm acessado, a partir da última década, uma nova modalidade de mercado, até então praticamente inexistente em nosso país. Um dos primeiros dispositivos foi precisamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que teve sua gênese no Programa Fome Zero (PFZ) o qual assumia como objetivo central combater a

---

<sup>1</sup> Temos ciência do debate em torno da denominação dos alimentos produzidos em sistemas de base ecológica. Não é nosso objetivo aprofundar esta discussão neste trabalho. Apenas destacamos que enquanto a legislação brasileira determina o uso do termo “orgânico” para designar estes produtos, no caso espanhol esta opção recai sobre o adjetivo “ecológico”. Para maiores detalhes consultar CALDAS (2011).

insegurança alimentar a partir do fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar (BECKER E SACCO DOS ANJOS, 2010). Mais recentemente, foi instituída pelo governo brasileiro, outra importante ação que trata da destinação de no mínimo 30% dos recursos da alimentação escolar para a compra de produtos dos agricultores familiares e de suas organizações.

Creemos que este breve panorama nos fornece inicialmente elementos de um contexto importante de transformação, não somente do ponto de vista dos papéis que a agricultura familiar atualmente é chamada a cumprir, mas também do reconhecimento acerca da capacidade que esta forma social possui em desempenhar as demandas por qualidade<sup>2</sup> e sustentabilidade dos processos de produção. Nosso objetivo recai em realizar uma aproximação inicial entre estes mecanismos de desenvolvimento rural, levadas a cabo nos contextos brasileiro e espanhol.

## **2. METODOLOGIA**

O trabalho foi realizado a partir de dados obtidos no trabalho de campo que fundamentou a dissertação de mestrado do primeiro autor, além de entrevistas em profundidade realizadas pelos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR), ligado ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da FAEM UFPel em 2010 na Espanha e, de levantamento de dados secundários sobre o tema. Trata-se de investigação em andamento. Contudo, algumas conclusões preliminares podem ser extraídas a partir dessa imersão que fizemos junto à realidade concreta.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No caso brasileiro, um dos primeiros dispositivos do mercado institucional para a agricultura familiar foi precisamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que teve sua gênese no Programa Fome Zero (PFZ), o qual tem como objetivo central o combate à insegurança alimentar a partir do fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar (INSTITUTO CIDADANIA, 2001). Mais recentemente, foi instituída pelo governo brasileiro, outra importante ação que trata da destinação de no mínimo 30% dos recursos da alimentação escolar para a compra de produtos dos agricultores familiares e de suas organizações.

Conforme destacamos em outros trabalhos, os mercados institucionais possuem um elevado potencial para a emergência de novos atores sociais, uma vez que sua operação exige uma significativa concertação social, advinda da necessidade da efetiva participação de todos os implicados (agricultores, cooperativas, líderes comunitários, gestores públicos, etc.). De outra parte, no caso do PAA houve um incremento e a valorização da produção orgânica (Tab. 1) e todos os reflexos extrínsecos à incorporação destes alimentos produzidos pela agricultura familiar como prioritários nas políticas públicas que o Estado brasileiro

---

<sup>2</sup> A questão da qualidade é um tema bastante abrangente, não sendo o objetivo principal deste trabalho discutir suas concepções e implicações sobre a modalidade de mercado em questão. Todavia, a discussão de GOODMANN (2003), segundo o qual, os consumidores desempenham um papel fundamental na exigência dos atributos de qualidade nos produtos, parece-nos bastante adequada à compreensão deste fenômeno.

visa implementar no âmbito da segurança alimentar e nutricional em todo território nacional.

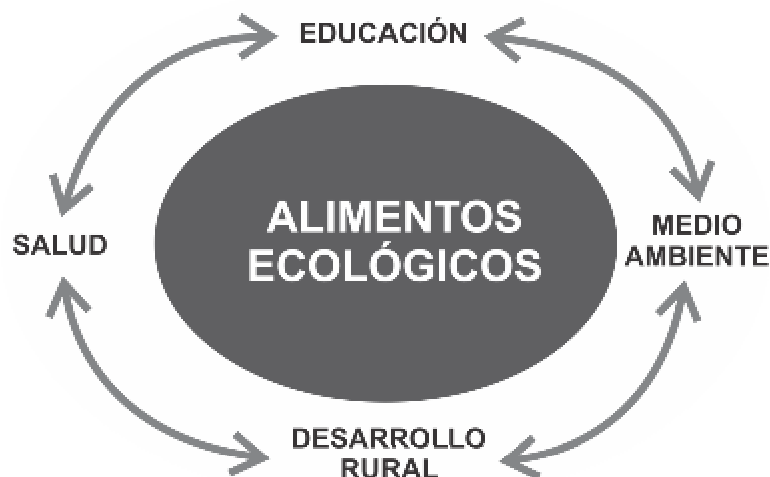
**Tabela 1** – Fornecimento médio anual de produtos orgânicos/ecológicos ao PAA Doação Simultânea, no território Zona Sul do RS, durante o período de 2004 a 2009.

| <b>Produtos</b>  | <b>Quantidade (kg)</b> |
|------------------|------------------------|
| Feijão preto     | 94.700                 |
| Batata inglesa   | 85.800                 |
| Abóbora          | 79.000                 |
| Repolho          | 43.000                 |
| Arroz            | 31.600                 |
| Cebola           | 29.700                 |
| Farinha de milho | 20.500                 |
| Cenoura          | 17.500                 |
| Beterraba        | 12.500                 |
| <b>Total</b>     | <b>414.300</b>         |

Fonte: Adaptado de Becker (2010).

Por sua vez, na Andaluzia este processo teve início em 2005, com o programa “*Alimentos Ecológicos para el Consumo Social*”, levado a efeito em 15 escolas e atingindo um universo de 2.210 crianças, sendo que ao longo dos anos, estes números aumentaram, totalizando em 2009, cerca de 100 instituições de ensino e 12.400 alunos.

O programa atua de forma transversal em quatro esferas: saúde, educação, desenvolvimento rural e meio ambiente (CLAVERO, 2010). A Fig. 01 apresenta uma síntese dos campos de atuação do *consumo social*.



**Figura 01** – Esferas de atuação do programa “*Alimentos Ecológicos para o Consumo Social*”, na Andaluzia.

Fonte: Adaptado de CLAVERO (2010).

Vislumbra-se que este contribui para a promoção e proteção da saúde, através do incentivo ao consumo de alimentos ecológicos em dietas equilibradas entre a população, à medida que revela as vantagens e benefícios de bons hábitos alimentares. No que tange ao aspecto educativo, o projeto se propõe a promover a educação alimentar, bem como o desenvolvimento de hábitos saudáveis e responsáveis de alimentação entre todos os grupos sociais

envolvidos. Do ponto de vista das questões ambientais, exerce influência positiva na conservação dos recursos naturais, reduzindo o uso de recursos não renováveis e a carga química nos ecossistemas, auxiliando na preservação da paisagem e incrementando os atributos da sustentabilidade. Por sua vez, os aspectos atinentes ao desenvolvimento rural são fomentados pela promoção da produção ecológica na região, valorizando os agricultores de pequeno e médio porte, apoiando ações de inserção nos mercados e realizando um trabalho de ampliação da produção nas propriedades rurais envolvidas.

#### 4. CONCLUSÕES

Os dados preliminares demonstram que há similaridades entre o Mercado Institucional e o Consumo Social, tanto em suas concepções, quanto em suas implicações práticas na realidade concreta dos locais analisados.

É possível inferir que a ampliação do mercado institucional pode representar uma excelente alternativa para conciliar os objetivos de viabilizar a melhoria das condições de reprodução social na agricultura familiar, promover ações estratégicas de desenvolvimento rural voltadas à valorização dos modos de vida tradicionais, bem como produzir alimentos de qualidade em sistemas sustentáveis de produção.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Editora Hucitec, UNICAMP, 1992. 275 p.

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. In: **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.17(1), p.61-72, 2010.

CALDAS, N. V. **Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos no contexto da agricultura familiar brasileira e espanhola**. 2011. 208f. Tese de doutorado em Ciências – Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

CLAVERO, E. T. Avaliação do impacto do programa “alimentos ecológicos para o consumo social na Andaluzia” nos produtores ecológicos. Relatório de Pesquisa, 2010.

GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**. v.19, p.1-7, 2003.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Ipiranga: **Instituto Cidadania**, 2001.

MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar**. 2008. 115f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) programa de Pós-graduação em Agronegócios. Faculdade de Brasília, Brasília.